

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.565.901.704
Preferenciais	0
Total	1.565.901.704
Em Tesouraria	
Ordinárias	6.329.234
Preferenciais	0
Total	6.329.234

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2014	Ordinária		1,16838
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2014	Dividendo	31/03/2014	Ordinária		0,05875

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	11.362.697	11.585.874
1.01	Ativo Circulante	8.327.797	8.606.432
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	117.939	257.145
1.01.03	Contas a Receber	8.209.858	8.349.287
1.01.03.01	Clientes	8.180.539	8.314.607
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.180.539	8.314.607
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	29.319	34.680
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	119	73
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	20.066	13.074
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	9.134	21.533
1.02	Ativo Não Circulante	3.034.900	2.979.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.563.840	1.501.348
1.02.01.03	Contas a Receber	181	183
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	181	183
1.02.01.06	Tributos Diferidos	587.743	575.860
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	587.743	575.860
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	975.916	925.305
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	975.916	925.305
1.02.02	Investimentos	824.615	850.181
1.02.03	Imobilizado	517.699	497.049
1.02.04	Intangível	128.746	130.864
1.02.04.01	Intangíveis	128.746	130.864
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	56.799	56.799
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	71.947	74.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	11.362.697	11.585.874
2.01	Passivo Circulante	5.620.354	5.958.069
2.01.02	Fornecedores	5.019.007	4.568.860
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.019.007	4.568.860
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	4.592.078	4.120.948
2.01.02.01.02	Fornecedores	417.821	435.342
2.01.02.01.03	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	9.108	12.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	244.795	528.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	266.773	269.555
2.01.05	Outras Obrigações	89.779	591.640
2.01.05.02	Outros	89.779	591.640
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	453.510
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	89.779	138.130
2.02	Passivo Não Circulante	2.285.060	2.307.980
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.210.280	1.275.086
2.02.02	Outras Obrigações	3.994	3.991
2.02.04	Provisões	1.070.786	1.028.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.070.786	1.028.903
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.070.786	1.028.903
2.03	Patrimônio Líquido	3.457.283	3.319.825
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-102.289	62.582
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-197.111	-37.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	94.822	99.637
2.03.04	Reservas de Lucros	1.554.063	2.251.795
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.509	5.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.524.622	1.297.501
3.01.01	Receita Operacional	1.692.253	1.440.758
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-167.631	-143.257
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-431.944	-370.380
3.03	Resultado Bruto	1.092.678	927.121
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-206.406	-170.381
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.406	-170.381
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-60.901	-57.151
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-53.466	-33.715
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-63.329	-50.847
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-32.648	-33.402
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	3.938	4.734
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	886.272	756.740
3.06	Resultado Financeiro	310.548	192.706
3.06.01	Receitas Financeiras	399.451	229.185
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.933	3.596
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	410.210	227.694
3.06.01.03	Despesas de Ajuste a Valor Presente - Antecipação de Recebíveis	-13.672	-2.373
3.06.01.04	Variação Cambial, Líquida	-20	268
3.06.02	Despesas Financeiras	-88.903	-36.479
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-88.903	-36.479
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.196.820	949.446
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-394.142	-319.181
3.08.01	Corrente	-406.025	-333.351
3.08.02	Diferido	11.883	14.170
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	802.678	630.265
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	802.678	630.265
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,51312	0,40231
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,51208	0,40204

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	802.678	630.265
4.02	Outros Resultados Abrangentes	61	64
4.02.01	Varição Cambial s/ Investimentos no Exterior	-24.631	-9.149
4.02.02	Resultados com Instrumentos de "Hedge"(Bonds) s/Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	24.692	9.213
4.03	Resultado Abrangente do Período	802.739	630.329

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.120.811	865.331
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.374.981	1.115.682
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	1.196.820	949.446
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	81.817	75.733
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. e Intang.	-98	107
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	4.492	4.662
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-4.815	3.914
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	27.799	13.805
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	43.831	53.544
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	13.672	2.373
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	15.377	16.227
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	-3.938	-4.734
6.01.01.15	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	24	605
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	443.511	367.867
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	120.396	-82.357
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	-46	-157
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-1.117	-2.525
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-50.611	-49.281
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	12.399	-845
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	443.331	545.125
6.01.02.08	Fornecedores	-17.521	341
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-9.561	-12.866
6.01.02.10	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	-3.462	408
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-48.349	-28.523
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-1.948	-1.453
6.01.03	Outros	-697.681	-618.218
6.01.03.02	Juros Pagos	-5.279	-8.364
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-692.402	-609.854
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-105.743	-73.408
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures"	-1.000	-2.000
6.02.02	Dividendos Recebidos de Controladas	0	2.505
6.02.06	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão (Reversão) para Perdas	-104.743	-73.913
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.154.274	-821.790
6.03.01	Captação de Empréstimos FINAME	26.348	93.224
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-169.848	-42.553
6.03.04	IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-6.900	-5.387
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-947.020	-828.644
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos	-66.646	-40.721
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	9.792	2.291
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-139.206	-29.867
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	257.145	282.487
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	117.939	252.620

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-164.871	-1.500.410	0	0	-665.281
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-169.848	0	0	0	-169.848
5.04.09	Opção de Ações Outorgadas	0	-4.815	0	0	0	-4.815
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	9.792	0	0	0	9.792
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	802.678	0	61	802.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	802.678	0	0	802.678
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	61	61
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-24.631	-24.631
5.05.02.07	Resultado c/ Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	24.692	24.692
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-102.289	1.554.063	0	5.509	3.457.283

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-36.348	-443.403	0	0	-479.751
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-42.553	0	0	0	-42.553
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	3.914	0	0	0	3.914
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	2.291	0	0	0	2.291
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2012	0	0	-443.403	0	0	-443.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	630.265	0	64	630.329
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	630.265	0	0	630.265
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64	64
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-9.149	-9.149
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	9.213	9.213
5.07	Saldos Finais	500.000	40.193	2.009.569	0	5.043	2.554.805

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.675.297	1.426.953
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.692.253	1.440.758
7.01.02	Outras Receitas	-16.956	-13.805
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-16.956	-13.805
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-460.160	-396.324
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-324.240	-271.032
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-114.228	-105.692
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.125	-5.627
7.02.04	Outros	-17.567	-13.973
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.215.137	1.030.629
7.04	Retenções	-81.817	-75.733
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.817	-75.733
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.133.320	954.896
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	403.389	233.919
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.938	4.734
7.06.02	Receitas Financeiras	399.451	229.185
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.536.709	1.188.815
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.536.709	1.188.815
7.08.01	Pessoal	72.994	51.144
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	572.479	469.489
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.558	37.917
7.08.03.03	Outras	88.558	37.917
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Alugueis	88.558	37.917
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	802.678	630.265
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	802.678	630.265

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	13.245.413	13.310.582
1.01	Ativo Circulante	9.040.291	9.104.461
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	376.237	423.062
1.01.03	Contas a Receber	8.664.054	8.681.399
1.01.03.01	Clientes	8.620.974	8.638.509
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.620.974	8.638.509
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	43.080	42.890
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	387	642
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	1.192	1.234
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	29.659	17.378
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	11.842	23.636
1.02	Ativo Não Circulante	4.205.122	4.206.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.622.857	1.562.997
1.02.01.03	Contas a Receber	17.156	19.046
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.156	19.046
1.02.01.06	Tributos Diferidos	603.641	592.542
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	603.641	592.542
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.002.060	951.409
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.002.060	951.409
1.02.02	Investimentos	50.137	46.388
1.02.03	Imobilizado	536.113	515.328
1.02.04	Intangível	1.996.015	2.081.408
1.02.04.01	Intangíveis	1.996.015	2.081.408
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	968.494	999.725
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	1.027.521	1.081.683

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	13.245.413	13.310.582
2.01	Passivo Circulante	6.237.105	6.363.961
2.01.02	Fornecedores	5.558.395	4.902.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.558.395	4.902.100
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	5.081.192	4.404.935
2.01.02.01.02	Fornecedores	477.203	497.165
2.01.03	Obrigações Fiscais	250.835	538.484
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	278.790	273.110
2.01.05	Outras Obrigações	149.085	650.267
2.01.05.02	Outros	149.085	650.267
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	453.510
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	149.085	196.757
2.02	Passivo Não Circulante	3.541.622	3.614.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.118.841	2.215.375
2.02.02	Outras Obrigações	9.753	9.749
2.02.03	Tributos Diferidos	307.428	325.594
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	307.428	325.594
2.02.04	Provisões	1.105.600	1.064.024
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.105.600	1.064.024
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.105.600	1.064.024
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.466.686	3.331.879
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-102.289	62.582
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-197.111	-37.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	94.822	99.637
2.03.04	Reservas de Lucros	1.554.063	2.251.795
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.509	5.448
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	9.403	12.054

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.817.689	1.523.519
3.01.01	Receita Operacional	1.995.338	1.675.441
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-177.649	-151.922
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-659.732	-557.049
3.03	Resultado Bruto	1.157.957	966.470
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-259.222	-201.534
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-259.222	-201.534
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-73.016	-58.571
3.04.02.02	Despesa com Pessoal	-83.680	-54.768
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-67.384	-54.733
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais Líquidas	-37.891	-32.176
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	2.749	-1.286
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	898.735	764.936
3.06	Resultado Financeiro	301.709	185.042
3.06.01	Receitas Financeiras	400.157	229.610
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.631	4.025
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	410.210	227.694
3.06.01.03	Despesas de Ajuste a Valor Presente - Antecipação de Recebíveis	-13.672	-2.373
3.06.01.04	Variação Cambial, Líquida	-12	264
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.448	-44.568
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-98.448	-44.568
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.200.444	949.978
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-394.566	-317.543
3.08.01	Corrente	-410.903	-335.675
3.08.02	Diferido	16.337	18.132
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	805.878	632.435
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	805.878	632.435
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	802.678	630.265
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.200	2.170
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,51312	0,40231
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,51208	0,40204

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	805.878	632.435
4.02	Outros Resultados Abrangentes	61	64
4.02.01	Varição Cambial s/ Investimentos no Exterior	-24.631	-9.149
4.02.02	Resultado com Instrumentos de "Hedge"(Bonds) s/ Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	24.692	9.213
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	805.939	632.499
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	802.739	630.329
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.200	2.170

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.230.497	911.064
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.423.398	1.151.107
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	1.200.444	949.978
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	102.692	93.539
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. e Intang.	-98	107
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	15.107	4.881
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-4.815	3.914
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	27.799	14.327
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	43.539	53.936
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	13.672	2.373
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	24.583	23.991
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	-2.749	1.286
6.01.01.14	Participação de Outros Acionistas que não da Cielo S.A.	3.200	2.170
6.01.01.15	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	24	605
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	512.846	383.909
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	3.863	-94.614
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	255	-376
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	42	-4.605
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-10.391	-7.523
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-50.651	-49.316
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	11.794	-1.766
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	648.458	594.751
6.01.02.08	Fornecedores	-19.962	1.050
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-10.804	-14.524
6.01.02.10	Contas a pagar Controladas e Controladas em Conjunto	0	1.265
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-57.795	-38.945
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-1.963	-1.488
6.01.03	Outros	-705.747	-623.952
6.01.03.02	Juros Pagos	-5.279	-8.364
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-700.468	-615.588
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-118.121	-72.903
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures"	-1.000	-2.000
6.02.02	Dividendos Recebidos de Controladas	0	8.189
6.02.06	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão (Reversão) para Perdas	-117.121	-79.092
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.154.274	-821.790
6.03.01	Captação de Empréstimos FINAME	26.348	93.224
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-169.848	-42.553
6.03.04	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio Pagos	-6.900	-5.387
6.03.05	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-947.020	-828.644
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos	-66.646	-40.721
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	9.792	2.291
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-4.927	-635

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-46.825	15.736
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	423.062	404.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	376.237	420.071

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-164.871	-1.500.410	0	0	-665.281	-5.851	-671.132
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-169.848	0	0	0	-169.848	0	-169.848
5.04.09	Opção de Ações Outorgadas	0	-4.815	0	0	0	-4.815	0	-4.815
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	9.792	0	0	0	9.792	0	9.792
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410	0	-500.410
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-5.851	-5.851
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	802.678	0	61	802.739	3.200	805.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	802.678	0	0	802.678	3.200	805.878
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	61	61	0	61
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-24.631	-24.631	0	-24.631
5.05.02.07	Resultado c/ Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	24.692	24.692	0	24.692
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-102.289	1.554.063	0	5.509	3.457.283	9.403	3.466.686

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-36.348	-443.403	0	0	-479.751	-3.956	-483.707
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-42.553	0	0	0	-42.553	0	-42.553
5.04.09	Opção de Ações Outorgadas	0	3.914	0	0	0	3.914	0	3.914
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	2.291	0	0	0	2.291	0	2.291
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios 2012	0	0	-443.403	0	0	-443.403	0	-443.403
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-3.956	-3.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	630.265	0	64	630.329	2.170	632.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	630.265	0	0	630.265	2.170	632.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64	64	0	64
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-9.149	-9.149	0	-9.149
5.05.02.07	Resultado c/ Instrumentos de "Hedge" Investimentos no Exterior, Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	9.213	9.213	0	9.213
5.07	Saldos Finais	500.000	40.193	2.009.569	0	5.043	2.554.805	7.148	2.561.953

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.977.087	1.661.114
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.995.338	1.675.441
7.01.02	Outras Receitas	-18.251	-14.327
7.01.02.01	Perdas com Aluguel de Equipamentos	-18.251	-14.327
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-676.955	-559.215
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-546.575	-447.553
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-100.211	-87.859
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-8.597	-5.594
7.02.04	Outros	-21.572	-18.209
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.300.132	1.101.899
7.04	Retenções	-102.692	-93.539
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.692	-93.539
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.197.440	1.008.360
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	399.706	226.154
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.749	-1.286
7.06.02	Receitas Financeiras	400.157	229.610
7.06.03	Outros	-3.200	-2.170
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.597.146	1.234.514
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.597.146	1.234.514
7.08.01	Pessoal	107.441	75.739
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	586.046	479.669
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.981	48.841
7.08.03.03	Outras	100.981	48.841
7.08.03.03.01	Juros provisionados e Alugueis	100.981	48.841
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	802.678	630.265
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	802.678	630.265

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, acompanhados do relatório de revisão de informações trimestrais dos nossos Auditores Independentes.

As Informações Contábeis Intermediárias da Sociedade foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting.

DESTAQUES DO TRIMESTRE

- Volume financeiro de transações no trimestre totalizou R\$119,6 bilhões, aumento de 22,5% em relação ao 1T13, ou R\$22,0 bilhões e redução de 9,2% em relação ao 4T13, ou R\$12,1 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou no trimestre R\$1.817,7 milhões, aumento de 19,3% em relação ao 1T13, ou R\$294,2 milhões e redução de 1,9% em relação ao 4T13, ou R\$35,8 milhões;
- EBITDA de R\$1.001,4 milhões no trimestre, aumento de 16,7% em relação ao 1T13, ou R\$143,0 milhões e aumento de 9,7% em relação ao 4T13, ou R\$88,8 milhões;
- Antecipação de Recebíveis atingiu 18,7% sobre o volume financeiro de crédito, aumento de 5,4 pontos percentuais em relação ao 1T13 e aumento de 1,5 ponto percentual em relação ao 4T13;
- Margem EBITDA de 55,1% no trimestre, redução de 1,3 ponto percentual em comparação ao 1T13 e aumento de 5,9 pontos percentuais em relação ao 4T13;
- Lucro líquido Cielo (Controladora) totalizou R\$802,7 milhões, aumento de 27,4% em relação ao 1T13, ou R\$172,4 milhões e aumento de 11,4% em relação ao 4T13, ou R\$81,9 milhões;

DESEMPENHO OPERACIONAL

VOLUME FINANCEIRO DE TRANSAÇÃO

O volume financeiro de transações totalizou R\$119,6 bilhões, representando um acréscimo de 22,5% quando comparado aos R\$97,6 bilhões no mesmo período em 2013 e redução de 9,2% em comparação aos R\$131,6 bilhões em relação ao 4T13. O número de transações capturadas foi de 1,318 bilhão, um crescimento de 21,0% em relação ao 1T13 e redução de 6,0% sobre o 4T13.

Comentário do Desempenho

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$73,1 bilhões no 1T14, o que representou um crescimento de 17,8% em relação ao 1T13 e redução de 8,1% em relação ao 4T13.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$46,5 bilhões no 1T14, um crescimento de 30,7% em relação ao 1T13 e redução de 10,9% em relação ao 4T13.

PONTOS DE VENDAS ATIVOS E BASE DE EQUIPAMENTOS

O número de pontos de venda ativos totalizava 1,44 milhão ao final do 1T14, o que representa um aumento de 11,2% sobre o 1T13 e um aumento de 0,6% sobre o 4T13.

PONTOS DE VENDAS ATIVOS	1T14	1T13	4T13	1T14 X 1T13	1T14 X 4T13
Ponto de Vendas Ativos em 30 dias (mil)	1.435	1.290	1.426	11,2%	0,6%
Ponto de Vendas Ativos em 60 dias (mil)	1.487	1.336	1.474	11,3%	0,9%

A base instalada de POS apresentou crescimento de 7,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e um crescimento de 2,0% em relação ao 4T13.

O equipamento WiFi/GPRS terminou o 1T14 representando 57,3% da base instalada.

BASE DE EQUIPAMENTOS	1T14	1T13	4T13	1T14 X 1T13	1T14 X 4T13
# POS Instalado	1.867	1.738	1.831	7,4%	2,0%
% Wireless	57,3%	48,5%	56,7%	8,8 p.p	0,6 p.p

DESEMPENHO FINANCEIRO

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas diminuiu R\$35,8 milhões, ou 1,9%, para R\$1.817,7 milhão no 1T14, comparada com R\$1.853,5 milhão no 4T13. O decréscimo está relacionado à sazonalidade nas vendas de varejo no 4T13, principalmente devido ao Natal. Em contrapartida, houve acréscimo na receita da controlada Me-S dado impacto da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados diminuiu R\$67,4 milhões, ou 9,3%, para R\$659,7 milhões no 1T14, comparado com R\$727,1 milhões no 4T13. Essa queda ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

- (i) Decréscimo de R\$61,3 milhões devido queda nos custos relacionados aos serviços de processamento, central de atendimento e manutenção e ativação de terminais e suprimentos dada a maior demanda dos estabelecimentos no 4T13 frente ao período natalino;
- (ii) Decréscimo de R\$16,4 milhões referente aos “fees” devidos às bandeiras, dado ao menor volume de transações no 1T14 em comparação com 4T13;
- (iii) Acréscimo de R\$10,7 milhões referente ao aumento dos custos da controlada Merchant e-Solutions devido principalmente da apreciação do dólar médio no período mediante o real, entre outros.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais diminuíram R\$54,3 milhões, ou 17,3%, para R\$259,2 milhões no 1T14, comparadas com R\$313,5 milhões no 4T13.

As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal aumentaram 10,4%, ou R\$7,9 milhões, para R\$83,7 milhões no 1T14, comparados com os R\$75,8 milhões no 4T13. Essa variação decorre, principalmente, dos encargos referentes aos dois anos de vigência do Programa Sócio Cielo outorgado em 2012.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas diminuíram 20,0%, ou R\$18,2 milhões, para R\$73,0 milhões no 1T14, comparadas com os R\$91,2 milhões no 4T13. Essa variação ocorreu principalmente em razão da redução nos gastos com serviços profissionais variados.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing diminuíram 35,6% ou R\$37,2 milhões, para R\$67,4 milhões no 1T14, comparadas com os R\$104,6 milhões no 4T13. Essa variação decorre do menor volume de iniciativas de vendas, de compra de mídia e marketing no 1T14 comparado ao trimestre anterior. Lembrando que tradicionalmente o primeiro trimestre é mais fraco do que o quarto trimestre, em função do natal.

Equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial gerou uma variação de R\$4,5 milhões, de R\$2,8 milhões de receita no 1T14, comparadas com R\$1,7 milhão de despesa no 4T13. Esse acréscimo representa um melhor resultado líquido das controladas em conjunto no 1T14 em relação ao 4T13.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas diminuíram R\$2,3 milhões, ou 5,6%, para R\$37,9 milhões no 1T14, comparadas com os R\$40,2 milhões no 4T13. O decréscimo está substancialmente relacionado ao menor gasto com despesas de contingências no 1T14 referente aos processos trabalhistas e tributários.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$301,7 milhões no 1T14, um aumento de 14,3% em relação ao 4T13, que obteve um resultado de R\$263,9 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$2,4 milhões, ou 40,1%, para R\$3,6 milhões no 1T14, comparadas com os R\$6,0 milhões no 4T13. Essa variação decorre da redução do saldo médio de aplicações financeiras no 1T14.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$7,7 milhões, ou 8,5%, para R\$98,4 milhões no 1T14, comparadas com os R\$90,7 milhões no 4T13. Essa variação decorre principalmente em função dos juros provenientes do aumento da operação de antecipação de recebíveis com emissores.

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$47,4 milhões, ou 13,6%, para R\$396,5 milhões no 1T14, comparadas com os R\$349,1 milhões no 4T13. Essa variação decorre principalmente do aumento do spread nas operações.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE MARÇO DE 2013

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas aumentou R\$294,2 milhões, ou 19,3%, para R\$1.817,7 milhão no 1T14, comparada com R\$1.523,5 milhão no 1T13. O acréscimo nas receitas líquidas está substancialmente relacionado à contínua expansão dos negócios, ao aumento na receita da controlada Me-S dado aumento da volumetria do período e do impacto da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$102,7 milhões, ou 18,4%, para R\$659,7 milhões no 1T14, comparado com R\$557,0 milhões no 1T13. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$36,6 milhões referente ao acréscimo dos “fees” dado o aumento do volume de transações;
- (ii) Acréscimo de R\$35,4 milhões referente ao aumento dos custos da controlada Merchant e-Solutions, devido principalmente da apreciação do dólar médio mediante o real;
- (iii) Aumento de R\$17,0 milhões referente aos custos relacionados aos serviços de processamento, manutenção e ativação de terminais e telecomunicações devido troca de

Comentário do Desempenho

aparelhos por novos, aumento dos equipamentos de tecnologia “wireless”, atualização das versões, aquisição de insumos de terminais e crescente número de transações;

- (iv) Acréscimo de R\$9,1 milhões em outros custos substancialmente impactado pelo aumento da volumetria de transações e aumento do parque instalado;
- (v) Acréscimo de R\$4,6 milhões devido ao aumento nos custos de depreciações e amortizações, justificado principalmente em função da renovação do parque instalado de POS, do aumento dos equipamentos de captura “wireless” na base total e amortização do intangível dada a consolidação da Cielo USA.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$57,7 milhões, ou 28,6%, para R\$259,2 no 1T14, comparadas aos R\$201,5 milhões no 1T13. As principais variações são como segue:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal apresentaram um aumento de 52,8%, ou R\$28,9 milhões, para R\$83,7 milhões no 1T14, comparados com os R\$54,8 milhões no 1T13. Essa variação decorre principalmente, do reajuste nos salários definido pelo acordo com o sindicato, dos encargos referentes aos dois anos de vigência do Programa Sócio Cielo outorgado em 2012, do aumento do quadro de funcionários Cielo e de suas controladas e da apreciação do dólar médio do período na controlada Me-S.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram 24,7%, ou R\$14,4 milhões, para R\$73,0 milhões no 1T14, comparadas com os R\$58,6 milhões no 1T13. Essa variação decorre, principalmente, da apreciação do dólar médio do período na controlada Me-S e com serviços profissionais relacionados a elaboração do plano estratégico, entre outros.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing aumentaram 23,1% ou R\$12,7 milhões, para R\$67,4 milhões no 1T14, comparadas com os R\$54,7 milhões no 1T13. Essa variação decorre do aumento de realização de campanhas com parceiros (franquias e bandeiras), do aumento de ações de vendas e marketing compartilhadas realizadas em parceria com os bancos emissores em relação ao mesmo período no ano anterior.

Equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial gerou variação de R\$4,0 milhões, para R\$2,8 milhões de receita no 1T14, comparadas com R\$1,2 milhão de despesa no 1T13. O acréscimo está relacionado ao melhor resultado líquido das controladas em conjunto no 1T14 em relação ao 1T13.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$5,7 milhões, ou 17,8%, para R\$37,9 milhões no 1T14, comparadas com os R\$32,2 milhões no 1T13. O acréscimo está substancialmente relacionado ao maior gastos com despesas com provisões e/ou perdas com créditos incobráveis efetuadas no trimestre e parcialmente compensada pela redução de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis no 1T14.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$301,7 milhões no 1T14, um aumento de 63,0% em relação ao 1T13, que obteve um resultado de R\$185,0 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$0,4 milhão, ou 9,8%, para R\$3,6 milhões no 1T14, comparadas com os R\$4,0 milhões no 1T13, em decorrência da variação do saldo médio das aplicações.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$53,9 milhões, ou 120,9%, para R\$98,4 milhões no 1T14, comparadas com os R\$44,6 milhões no 1T13. Essa variação decorre principalmente em função dos juros provenientes do aumento da operação de antecipação de recebíveis com emissores.

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$171,2 milhões, ou 76,0%, para R\$396,5 milhões no 1T14, comparadas com os R\$225,3 milhões no 1T13. O aumento nas receitas de antecipação de recebíveis, líquida do ajuste a valor presente, deve-se substancialmente ao aumento no volume financeiro de operações de transações antecipadas.

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalte-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.

EBITDA (R\$ milhões)	1T14	1T13	4T13
Lucro Líquido Cielo	802,7	630,3	720,7
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.	3,2	2,2	2,1
Resultado Financeiro	(301,7)	(185,0)	(263,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social	394,6	317,5	353,9
Depreciação e Amortização	102,7	93,5	99,9
EBITDA	1.001,4	858,5	912,7
<i>% Margem EBITDA</i>	<i>55,1%</i>	<i>56,3%</i>	<i>49,2%</i>

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco devem ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade da Sociedade e suas controladas, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Sociedade, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Comentário do Desempenho

Não obstante essas considerações, a Administração da Sociedade acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornecem informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e sobre a rentabilidade do segmento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cielo está listada no segmento denominado Novo Mercado da BM&FBovespa, o que é resultado da implementação do mais avançado nível de governança corporativa. Nesse sentido a Companhia se compromete, de forma voluntária, a adotar práticas que excedem as exigências da legislação, com referência a governança corporativa e aos direitos dos acionistas, zelando sempre pela prática de condutas éticas e sustentáveis. Reflexo disso é a adoção de algumas práticas que vão além daquelas estabelecidas pelo Novo Mercado como, por exemplo, estabelecer mecanismo de autoavaliação do Conselho de Administração de forma colegiada e individual, restringir a troca de informações ao Portal Eletrônico de Governança Corporativa, a manutenção de Políticas de Dividendos, de Divulgação, de Negociação de Valores Mobiliários e de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo Conflito de Interesses, além de Código de Ética, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governo.

Para que os interesses de seus administradores estejam de acordo com os interesses de seus acionistas, especialmente os minoritários, a monitoria da gestão e desempenho da Cielo é exercida por um Conselho de Administração composto por 11 (onze) conselheiros, dos quais 3 (três) são membros independentes, por um Conselho Fiscal não permanente composto por 5 (cinco) conselheiros, dos quais 2 (dois) são independentes, por uma Diretoria Executiva composta por 7 membros, e por Comitês e Fóruns de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

Desde o dia 01 de junho de 2011, a Cielo está listada no mercado de balcão OTCQX Internacional, que é um segmento premium do mercado Americano, que distingue as principais empresas internacionais de outros valores mobiliários negociados no mercado de balcão OTC dos EUA pela qualidade de seus negócios operacionais, a excelência da sua divulgação e sua listagem em qualificadas bolsas de valores estrangeiras. A partir de 2014, a Cielo passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. No quesito sustentabilidade, a Companhia mantém práticas estruturadas, tais como a publicação de um Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais, a realização e divulgação de um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa e a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, gestão de pessoas e riscos corporativos, reunidas em um rigoroso Código de Ética compartilhado entre colaboradores e fornecedores.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 1T14 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes estabelece mecanismos para que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes

Comentário do Desempenho

princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em 2014, a KPMG prestou serviços extraordinários para a Cielo além da auditoria de suas demonstrações financeiras, em razão de haver sido contratada para realizar o trabalho específico de avaliação dos impactos contábeis oriundos da nova regulação do setor de meios de pagamento. Em atendimento às normas de governança corporativa da Companhia, a referida proposta de contratação foi previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração, que concluíram pela inexistência de ofensa à independência da KPMG.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão das Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 31 de março de 2014.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “CIEL3”, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas, controladas indiretas e controladas em conjunto (“joint ventures”) é como segue:

Controladas diretas

- **Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)** - Seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- **Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)** – Tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotistas ou acionistas (“holdings”). Em 31 de março de 2014, essa “holding” detêm o controle da Me-S.
- **Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; e o comércio de recarga de aparelhos celulares..
- **Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Controladas indiretas

- **M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.

Notas Explicativas

- **Merchant e-Solutions, Inc. (“Me-S”)** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

- **Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”)** - Anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- **Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- **Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. Em março de 2014, a Precisa foi alienada integralmente para outro grupo econômico (vide Nota Explicativa nº 3.2).
- **Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
- **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

Alienação de controlada em conjunto

No contexto operacional, destaca-se a alienação integral da controlada em conjunto Precisa em 20 de março de 2014 para outro grupo econômico, no montante de R\$ 1.500.

Em atendimento ao CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (“joint ventures”), as informações contábeis intermediárias individuais da Precisa foram refletidas no ativo e no resultado do período de sua controladora direta Orizon mediante o método de equivalência patrimonial, referente ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2014. Por sua vez, as informações contábeis intermediárias da Orizon afetaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas nas rubricas “investimentos” e “equivalência patrimonial”, também referente ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2014 (vide Nota Explicativa nº7).

Notas Explicativas

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade compreendem:

As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias de cada empresa do Grupo (localizadas no Brasil e cuja moeda funcional é o real (R\$)), as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos utilizando a taxa vigente na data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção dos investimentos contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (“hedge de investimento”).

Notas Explicativas

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais do período. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: alienação da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do período.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

2.5 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

- a. Antecipação de recebíveis - sobre os contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis, é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.
- b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.
- c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam os resultados da prática da Me-S de adiantar as taxas de intercâmbio para a maioria dos estabelecimentos comerciais durante o mês e coletar essas taxas no início do mês seguinte, bem como as taxas que são cobradas dos estabelecimentos comerciais pelo processamento das transações.

Notas Explicativas

- d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.
- e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.
- f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.6 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível; (iv) como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; (v) a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; (vi) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

2.10 **Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

2.11 **Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“Joint ventures”)**

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância para governar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às informações contábeis individuais com base no método de equivalência patrimonial. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas (diretas e indiretas) são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido.

2.12 **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do período. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60 no período. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13 Benefícios a empregados

A Sociedade é patrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Além disso, a Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Adicionalmente, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais. Os custos relacionados as ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

2.14 Ativos e passivos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando: (i) essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento; (ii) for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base; (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) for incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo; (ii) for parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; (iii) for um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir; (ii) compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente; (iii) formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Notas Explicativas

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita de outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.16 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o

Notas Explicativas

reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.g).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.18 Plano de opções de ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada período de relatório, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

2.20 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas Explicativas

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou de forma antecipada a IFRS nova e revisada a seguir, já emitida e ainda não em vigor:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).

A Administração da Sociedade avaliou essa nova IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.22 Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em 9 de outubro de 2013, foi editada a Lei Federal nº 12.865/13 que incluiu os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), e atribuiu competência para que, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o BACEN passe a regular referidas atividades. Ato contínuo, em 4 de novembro de 2013, o Conselho Monetário Nacional exarou as Resoluções nº 4.282 e 4.283 que estabeleceram as diretrizes que devem ser observada pelo BACEN, e este publicou as Circulares sob nº 3.680, 3.681, 3.682 e 3.683 que passam a regular as atividades dos arranjos e as instituições de pagamento, no prazo de 180 dias após a data de sua publicação.

A Administração está avaliando os termos, requisitos, possíveis impactos e eventuais adequações oriundos da recente regulamentação, visando estar em plena conformidade com o conjunto normativo, no início de sua vigência.

3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos

Notas Explicativas

acionistas não controladores.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag e Cielo USA, das controladas indiretas Me-S e M4Produtos.

Aplicação de novas normas contábeis – “Joint Venture”

A adoção, a partir de 2013, das normas CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto em relação as “joint ventures” do Grupo, as quais possuem a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, resultaram em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas “joint ventures” Paggo, Orizon, Precisa, Guilher e Prevsáude, empresas controladas em conjunto de acordo com a norma IAS 31 - “Interest in Joint Ventures”. Essas empresas controladas em conjunto são classificadas como “joint ventures” e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional do Grupo nos ativos líquidos, no resultado e nos resultados abrangentes da Sociedade em uma única conta apresentada nas informações contábeis intermediárias consolidadas da posição financeira, bem como nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e “Equivalência patrimonial”, respectivamente.

Reavaliação de política contábil – Reconhecimento da receita de comissão sobre vendas parceladas

No último trimestre de 2013, a Administração reavaliou algumas práticas contábeis e, após a implementação de projeto de desenvolvimento sistêmico, ajustou a política contábil de reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas. Portanto, a partir do referido trimestre, o reconhecimento da receita referente à comissão sobre as transações parceladas passou a ser efetuado no momento em que a transação comercial ocorre (“primeira parcela ou captura”), tendo em vista que a efetivação da transação e geração de receita é praticamente todo consumado neste momento, considerando ainda que, após a mudança na prática contábil, os custos atrelados à transação também foram reconhecidos na data da captura da transação.

A Administração acredita que a nova política contábil adotada para o reconhecimento de sua comissão sobre as transações parceladas trouxe maior transparência, maior aderência com a prática de mercado e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa alteração de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Estão sendo apresentadas a seguir as demonstrações financeiras referente ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias referente ao balanço patrimonial de 31 de março de 2013, bem como as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de "joint ventures" (*)	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Ativo:							
Circulante	5.888.237	-	5.888.237	6.338.629	(40.146)	-	6.298.483
Não circulante	2.561.235	-	2.561.235	3.698.560	30.465	-	3.729.025
Total do ativo	<u>8.449.472</u>	<u>-</u>	<u>8.449.472</u>	<u>10.037.189</u>	<u>(9.681)</u>	<u>-</u>	<u>10.027.508</u>
Passivo e patrimônio líquido:							
Circulante	4.216.660	(127.054)	4.089.606	4.627.457	(8.513)	(127.054)	4.491.890
Não circulante	1.955.639	-	1.955.639	3.123.625	(1.168)	-	3.122.457
Patrimônio líquido	2.277.173	127.054	2.404.227	2.286.107	-	127.054	2.413.161
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>8.449.472</u>	<u>-</u>	<u>8.449.472</u>	<u>10.037.189</u>	<u>(9.681)</u>	<u>-</u>	<u>10.027.508</u>

Balanço patrimonial do período findo em 31 de março de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/03/2013 Reapresentado	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/03/2013 Reapresentado	
Ativo:							
Circulante	5.941.916	-	5.941.916	6.416.612	-	6.416.612	
Não circulante	2.609.487	-	2.609.487	3.730.834	-	3.730.834	
Total do ativo	<u>8.551.403</u>	<u>-</u>	<u>8.551.403</u>	<u>10.147.446</u>	<u>-</u>	<u>10.147.446</u>	
Passivo e patrimônio líquido:							
Circulante	4.108.899	(116.453)	3.992.446	4.553.051	(116.453)	4.436.598	
Não circulante	2.004.152	-	2.004.152	3.148.895	-	3.148.895	
Patrimônio líquido	2.438.352	116.453	2.554.805	2.445.500	116.453	2.561.953	
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>8.551.403</u>	<u>-</u>	<u>8.551.403</u>	<u>10.147.446</u>	<u>-</u>	<u>10.147.446</u>	

Notas Explicativas

Demonstração do resultado referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/03/2013 Reapresentado	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/03/2013 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	1.320.516	(23.015)	1.297.501	1.546.534	(23.015)	1.523.519
Lucro bruto	943.182	(16.061)	927.121	982.531	(16.061)	966.470
Lucro operacional antes do resultado financeiro	772.801	(16.061)	756.740	780.997	(16.061)	764.936
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	965.507	(16.061)	949.446	966.039	(16.061)	949.978
Lucro líquido do trimestre	640.866	(10.601)	630.265	643.036	(10.601)	632.435

Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)

	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	Efeito da bonificação de ações (Nota 19.b)	31/03/2013 Reapresentado
Lucro por ação:				
Lucro por ação (em R\$) - básico	0,98155	(0,00677)	(0,57247)	0,40231
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,98099	(0,00676)	(0,57219)	0,40204

Demonstração do fluxo de caixa do trimestre findo em 31 de março de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado(IFRS e BR GAAP)		
	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/03/2013 Reapresentado	31/03/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/03/2013 Reapresentado
Resultado:						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	965.507	(16.061)	949.446	966.039	(16.061)	949.978
Aumento nos passivos operacionais	486.971	16.061	503.032	526.048	16.061	542.109
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	865.331	-	865.331	911.064	-	911.064
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (***)	(73.408)	-	(73.408)	(72.903)	-	(72.903)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (***)	(821.790)	-	(821.790)	(821.790)	-	(821.790)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	-	(635)	-	(635)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(29.867)	-	(29.867)	15.736	-	15.736

- (*) Efeito da consolidação proporcional das “joint ventures” Paggo, Orizon, Prevsaude e Precisa, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras consolidadas.
- (**) Efeito de alteração de prática contábil referente ao reconhecimento da receita de comissão das vendas parceladas com cartões de crédito, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.
- (***) Reclassificação da aquisição de POS financiado por empréstimo FINAME de atividades de financiamento para atividades de investimento.

Notas Explicativas

3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
M4Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013:

	31/03/2014					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	23.261	18.007	60.151	11.001	612.377	5.706
Não circulante	45.926	40.273	17.529	14.741	198.455	1.918.116
Total do ativo	69.187	58.280	77.680	25.742	810.832	1.923.822
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	12.342	22.997	54.819	2.010	530.574	12.017
Não circulante	33.091	-	-	14	5.310	1.210.679
Patrimônio líquido	23.754	35.283	22.861	23.718	274.948	701.126
Total do passivo e patrimônio líquido	69.187	58.280	77.680	25.742	810.832	1.923.822
	31/12/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	32.737	12.327	62.959	11.400	391.152	2.466
Não circulante	46.593	37.865	16.290	14.972	213.137	1.999.866
Total do ativo	79.330	50.192	79.249	26.372	604.289	2.002.332
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	23.559	9.598	58.621	3.842	321.729	3.556
Não circulante	33.397	-	-	16	7.654	1.268.411
Patrimônio líquido	22.374	40.594	20.628	22.514	274.906	730.365
Total do passivo e patrimônio líquido	79.330	50.192	79.249	26.372	604.289	2.002.332

Notas Explicativas

	31/03/2014					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	21.635	33.059	18.632	6.592	243.573	-
Lucro (prejuízo) bruto	21.216	1.803	11.765	3.734	68.564	(13.921)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.201	6.150	7.593	1.745	16.336	(4.112)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.620	6.120	7.705	1.879	16.066	(13.318)
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	1.380	6.413	5.451	1.204	9.809	(4.608)
	31/03/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	21.388	31.556	11.183	4.518	185.684	-
Lucro (prejuízo) bruto	20.908	1.816	5.687	3.156	46.764	(11.752)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.253	4.620	4.961	1.544	17.364	(915)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.439	4.627	5.125	1.569	17.085	(8.680)
Lucro líquido do trimestre	949	4.279	3.739	885	10.837	2.042

3.2 Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa*	-	40,95	-	40,95
Guilher	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00

(*) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico, no montante de R\$ 1.500.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures” em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013:

Notas Explicativas

	31/03/2014				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Ativo:					
Circulante	81.661	11.943	9.155	150	132
Não circulante	63.240	523	549	432	16
Total do ativo	144.901	12.466	9.704	582	148
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	7.289	380	1.063	799	100
Não circulante	553	-	47	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	137.059	12.086	8.594	(217)	48
Total do passivo e patrimônio líquido	144.901	12.466	9.704	582	148
	31/12/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Ativo:					
Circulante	83.584	10.161	8.045	119	212
Não circulante	57.953	1.134	598	446	16
Total do ativo	141.537	11.295	8.643	565	228
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	11.844	1.956	1.712	732	65
Não circulante	629	-	68	1.000	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	129.064	9.339	6.863	(1.167)	163
Total do passivo e patrimônio líquido	141.537	11.295	8.643	565	228
	31/03/2014				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Resultado:					
Receita líquida	24.037	-	3.073	-	88
Lucro (prejuízo) bruto	10.888	1.365	2.182	(982)	(100)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	7.729	2.778	2.084	(1.042)	(174)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.377	2.890	2.206	(1.050)	(175)
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	7.995	2.747	1.732	(1.050)	(175)
	31/03/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Resultado:					
Receita líquida	18.181	19.534	2.949	23	-
Lucro (prejuízo) bruto	7.322	631	1.698	(1.734)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.149	(755)	1.097	(3.948)	(7)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.043	(734)	1.099	(3.920)	(7)
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	1.645	(531)	887	(3.920)	(7)

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	4.753	22.432	8.346	30.150
Moeda estrangeira	875	8.003	232.918	135.856
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	36.181	152.021	46.457	165.959
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	74.422	72.923	86.808	89.331
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	1.708	1.766	1.708	1.766
Total	117.939	257.145	376.237	423.062

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 31 de março de 2014, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 101,25% (102,07% em 31 de dezembro de 2013), da taxa DI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem relevantemente dos valores contabilizados.

5 Contas a receber operacionais

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Antecipação de recebíveis (a)	8.136.730	8.272.708	8.136.730	8.272.708
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	284.889	173.502
Valores a receber de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	91.894	86.446
Trava de domicílio bancário (d)	13.073	11.593	13.073	11.593
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	5.114	6.142	5.114	6.142
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (f)	-	-	60.755	59.682
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (g)	22.751	21.772	22.751	21.772
Outras contas a receber	2.871	2.392	5.768	6.664
Total	8.180.539	8.314.607	8.620.974	8.638.509

- (a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos

Notas Explicativas

estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, em 31 de março de 2014, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$239.179 (R\$225.507 em 31 de dezembro de 2013), uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

- (b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.
- (d) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (e) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (f) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (g) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito (“chargeback”).

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
A vencer	8.157.788	8.292.835	8.598.223	8.616.737
Vencidos até 45 dias	22.751	21.772	22.751	21.772
Total	<u>8.180.539</u>	<u>8.314.607</u>	<u>8.620.974</u>	<u>8.638.509</u>

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Compõem-se como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo (a)	587.743	575.860	603.641	592.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo (b)	-	-	307.428	325.594

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Notas Explicativas

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	357.089	342.773	368.334	354.122
Provisão para despesas diversas	148.143	155.191	152.796	160.524
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	81.321	76.672	81.321	76.672
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.190	1.224	1.190	1.224
Total	587.743	575.860	603.641	592.542

(b) Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	302.118	317.939
Outras diferenças temporárias	5.310	7.655
Total	307.428	325.594

O imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo em 31 de março de 2014, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis e provisão para perdas com equipamentos POS, no montante de R\$ 230.654 (R\$ 235.307 no consolidado) serão realizados nos próximos 12 meses. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 357.089 (R\$ 368.334 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 17.

7 Investimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Em controladas	774.478	803.793	-	-
Em controladas em conjunto	50.137	46.388	50.137	46.388
Total	824.615	850.181	50.137	46.388

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
Controladas:										
Servinet	23.754	22.374	1.380	949	99,99	99,99	1.380	949	23.754	22.374
Multidisplay	51.657	56.966	6.413	4.279	50,10	50,10	3.213	2.144	25.880	28.540
Braspag	23.718	22.514	1.204	885	99,99	99,99	1.204	885	23.718	22.514
Cielo USA	701.126	730.365	(4.608)	2.042	100,00	100,00	(4.608)	2.042	701.126	730.365
Total controladas							1.189	6.020	774.478	803.793
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	137.059	129.064	7.995	1.645	40,95	40,95	3.274	674	50.246	46.972
Paggo (b)	(217)	(1.167)	(1.050)	(3.920)	50,00	50,00	(525)	(1.960)	(109)	(584)
Total controladas em conjunto (Consolidado)							2.749	(1.286)	50.137	46.388
Total (Controladora)							3.938	4.734	824.615	850.181

Principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta.

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
Prevsauê	8.594	6.863	1.732	887	40,95	40,95
Precisa (c)	12.086	9.339	2.747	(531)	40,95	40,95
Guilher	48	163	(175)	(7)	40,95	40,95
M4Produtos	22.861	20.628	5.451	3.739	50,10	50,10
Me-S	274.948	274.906	9.809	10.837	100,00	100,00

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.
- (c) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

Na consolidação das informações contábeis intermediárias das controladas diretas Multidisplay e Braspag, bem como as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis intermediárias de 28 de fevereiro de 2014 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2014. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2014.

A movimentação dos investimentos nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	738.041	42.977
Aumento de capital:		
Paggo	2.000	2.000
Varição cambial sobre investimento no exterior	(9.149)	-
Dividendos a receber:		
Multidisplay	(1.504)	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(2.505)	-
Equivalência patrimonial	4.734	(1.286)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>731.617</u>	<u>43.691</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	850.181	46.388
Aumento de capital:		
Paggo	1.000	1.000
Varição cambial sobre investimento no exterior	(24.631)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
Multidisplay	(5.873)	-
Equivalência patrimonial	3.938	2.749
Saldo em 31 de março de 2014	<u>824.615</u>	<u>50.137</u>

8 Imobilizado

		Controladora (BR GAAP)			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.262.299	(799.470)	462.829	442.132
Equipamentos de processamento de dados	20	80.478	(37.387)	43.091	43.033
Máquinas e equipamentos	10	41.580	(40.323)	1.257	1.039
Instalações	10	15.427	(8.813)	6.614	6.617
Móveis e utensílios	10	7.014	(3.974)	3.040	3.081
Veículos	20	1.757	(889)	868	1.147
Total		<u>1.408.555</u>	<u>(890.856)</u>	<u>517.699</u>	<u>497.049</u>

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.263.052	(799.943)	463.109	442.437
Equipamentos de processamento de dados	20	99.523	(46.900)	52.623	52.330
Máquinas e equipamentos	10	49.475	(46.402)	3.073	2.849
Instalações	10	27.507	(15.141)	12.366	12.425
Móveis e utensílios	10	9.785	(5.711)	4.074	4.140
Veículos	20	1.757	(889)	868	1.147
Total		1.451.099	(914.986)	536.113	515.328

(*) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, está contabilizada provisão para perda do valor recuperável de POS, nos montantes de R\$3.501 e R\$3.599, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

A movimentação do imobilizado nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2014
Equipamentos POS	442.132	97.012	(4.308)	(72.007)	462.829
Equipamentos de processamento de dados	43.033	3.075	-	(3.017)	43.091
Máquinas e equipamentos	1.039	346	-	(128)	1.257
Instalações	6.617	231	-	(234)	6.614
Móveis e utensílios	3.081	119	-	(160)	3.040
Veículos	1.147	-	(184)	(95)	868
Total	497.049	100.783	(4.492)	(75.641)	517.699

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2014
Equipamentos POS	442.437	97.025	(4.308)	(72.041)	(4)	463.109
Equipamentos de processamento de dados	52.330	4.132	(7)	(3.566)	(266)	52.623
Máquinas e equipamentos	2.849	527	-	(243)	(60)	3.073
Instalações	12.425	365	-	(424)	-	12.366
Móveis e utensílios	4.140	140	-	(206)	-	4.074
Veículos	1.147	-	(184)	(95)	-	868
Total	515.328	102.189	(4.499)	(76.575)	(330)	536.113

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2013
Equipamentos POS	452.617	70.250	(4.655)	(68.634)	449.578
Equipamentos de processamento de dados	21.864	1.904	-	(1.629)	22.139
Máquinas e equipamentos	1.427	-	-	(229)	1.198
Instalações	5.470	956	-	(196)	6.230
Móveis e utensílios	3.545	36	(7)	(156)	3.418
Veículos	1.378	-	-	(130)	1.248
Total	486.301	73.146	(4.662)	(70.974)	483.811

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2012	Adições	Baixas	Variação Cambial	Depreciações	31/03/2013
Equipamentos POS	452.749	70.291	(4.664)	(53)	(68.582)	449.741
Equipamentos de processamento de dados	25.909	2.477	(53)	(84)	(1.890)	26.359
Máquinas e equipamentos	1.903	70	-	98	(377)	1.694
Instalações	11.918	2.477	-	-	(445)	13.950
Móveis e utensílios	5.350	129	(8)	16	(243)	5.244
Veículos	1.377	-	-	-	(130)	1.247
Total	499.206	75.444	(4.725)	(23)	(71.667)	498.235

Em 31 de março de 2014 e de 2013, a Sociedade possui contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13.(a).

9 Ágio na aquisição de investimentos

A composição analítica dos ágios em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Multidisplay:				
Ágio na aquisição de controlada	20.690	20.690	20.690	20.690
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Multidisplay	-	-	10.658	10.658
Braspag:				
Ágio na aquisição de controlada	25.966	25.966	25.966	25.966
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Braspag	-	-	13.377	13.377
Projeto Saúde (“Orizon”)	10.143	10.143	10.143	10.143
Me-S	-	-	887.660	918.891
Total	56.799	56.799	968.494	999.725

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de ágio nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	87.278	936.116
Ajustes de aquisição (a)	-	(14.293)
Variação cambial	-	(11.897)
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de março de 2013	87.278	909.926
Saldo em 31 de dezembro de 2013	56.799	999.725
Variação cambial	-	(31.231)
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>56.799</u>	<u>968.494</u>

(a) Referem-se a ajustes no preço de compra da participação, como seguem:

- Em novembro de 2012, a Me-S foi autuada pelo Estado de Washington em relação a divergências de interpretação em relação à base de cálculo para apuração de impostos sobre as receitas auferidas no período de 2006 a 2009. O valor de R\$8.189, pago pela Me-S, foi devolvido pelos vendedores a Cielo USA em janeiro de 2013, sendo o referido montante registrado como redutora do ágio.
- Em dezembro de 2012, a Me-S identificou créditos tributários no valor de R\$6.222 no balanço de abertura datado de 31 de agosto de 2012 aumentando o seu patrimônio líquido naquela data. Da mesma forma, a Cielo USA registrou referido montante como redutora do ágio e, conseqüentemente, um aumento no investimento na data da aquisição.
- A Cielo USA efetuou ajustes na alíquota de imposto de renda diferido passivo constituído quando da alocação dos valores justos dos ativos intangíveis, aumentando em R\$118 o valor do ágio.

Projeto Saúde (“Orizon”)

Em janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data. Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. (“Dativa”) pelo montante de R\$71.691, transferindo os ágios na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização registrada até a data da transação.

Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização registrada até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Ágio	Participação %	Líquido
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perda de valor recuperável	<u>(39.116)</u>	99,99	<u>(39.116)</u>
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>73.017</u>		39.801
Efeito de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon			<u>(13.532)</u>
Ágio inicialmente registrado			<u>26.269</u>
(-) Provisão para perda no valor recuperável			<u>(16.126)</u>
Ágio líquido da provisão para perda no valor recuperável			<u>10.143</u>

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650.

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Servrede, incluía ágio na aquisição da controlada no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>31.348</u>

(*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U, em agosto de 2010, foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Notas Explicativas

Aquisição de participação - Paggo

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua então controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”.

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo. A aquisição da participação na Paggo deu-se em 28 de fevereiro de 2011, pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo possui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Ativos Líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>(52.203)</u>
Ativos Líquidos adquiridos - Valor justo	21
(-) Preço total de compra considerado	<u>47.000</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>46.979</u>
(-) Provisão para perda no valor recuperável	<u>(46.979)</u>
Ágio líquido da provisão para perda no valor recuperável	<u><u>-</u></u>

- (*) Corresponde substancialmente à provisão para perdas do direito de uso de softwares registrada na controlada em conjunto Paggo no balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, através da até então controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag, líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$40.000.

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela CieloPar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$39.343, gerado conforme segue:

Ativos Líquidos adquiridos	1.624
Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	<u>(967)</u>
Ativos Líquidos adquiridos - valor justo	657
(-) Preço total de compra considerado	<u>40.000</u>
Ágio inicialmente registrado	<u><u>39.343</u></u>

- (*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605.

Notas Explicativas

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S, empresa norte-americana com sede na cidade de Redwood City - Califórnia.

As demonstrações financeiras da Me-S foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") e foram originalmente preparadas em dólares norte-americanos. Na data da aquisição não existiam ajustes relevantes para a harmonização das U.S. GAAP às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, o balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	93.500	-	93.500
Outros ativos (a)	22.194	6.222	28.416
Imobilizado	1.949	-	1.949
Ágio	67.709	(67.709)	-
Ativo intangível (b)	107.734	821.338	929.072
Imposto de renda diferido - Passivo sobre o valor justo dos ativos intangíveis (c)	-	(304.254)	(304.254)
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)	-	(87.916)
Outras obrigações (d)	(25.072)	(8.114)	(33.186)
Total	<u>180.098</u>	<u>447.483</u>	<u>627.581</u>

- (a) Na data da aquisição foram identificados e registrados benefícios fiscais no valor de R\$6.222.
- (b) Refere-se à alocação nos ajustes a valor justo dos seguintes intangíveis: (i) plataforma de software de R\$223.300; (ii) relacionamento com clientes de R\$512.778; (iii) acordos de não competição com vendedores de carteiras de clientes de R\$71.862; (iv) outros intangíveis de R\$ 13.398, totalizando R\$821.338.
- (c) Para fins de contabilização da aquisição efetuada e atendendo à legislação tributária norte-americana, o valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda nos Estados Unidos da América. Sendo assim, foi constituída provisão para imposto de renda diferido. Esses valores diferidos são amortizados para o resultado proporcionalmente ao montante de amortizações dos intangíveis efetuadas no período.
- (d) Na data da aquisição foi identificada e registrada provisão para prováveis perdas com contingências tributárias no valor de R\$8.114.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado conforme segue:

Notas Explicativas

Ativos líquidos adquiridos	180.098
Valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos	<u>447.483</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	627.581
Preço de compra considerado:	
Aquisição do controle da Me-S	1.365.256
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>81.200</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>818.875</u>

10 Outros intangíveis

Controladora (BR GAAP)					
31/03/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	156.943	(103.972)	52.971	53.080
Desenvolvimento de projetos	20	25.054	(14.330)	10.724	11.476
Relacionamento com clientes	10	953	(600)	353	365
Acordo de não competição	7,5	10.284	(5.084)	5.200	5.546
Contratos de serviços	20	11.994	(9.295)	2.699	3.598
Total		<u>205.228</u>	<u>(133.281)</u>	<u>71.947</u>	<u>74.065</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
31/03/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	456.408	(146.297)	310.111	319.939
Desenvolvimento de projetos (b)	20	176.923	(115.903)	61.020	70.708
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	572.851	(38.302)	534.549	559.504
Acordo de não competição (d)	7,5 - 50	138.643	(44.486)	94.157	102.078
Contratos de serviços (e)	4 - 20	33.113	(10.952)	22.161	23.568
Marcas (f)	10	6.562	(1.039)	5.523	5.886
Total		<u>1.384.500</u>	<u>(356.979)</u>	<u>1.027.521</u>	<u>1.081.683</u>

- (a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$223.300 (equivalente a US\$110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos.
- (b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

(c) Relacionamento com clientes:

- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach”, considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
- **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% e 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

(d) Acordo de não competição:

- **Multidisplay e M4U** - O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
- **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o evento que ocorrer por último entre o encerramento da transação e a quebra do vínculo empregatício. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

(e) Contratos de serviços:

- **Multidisplay e M4U** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

(f) Marca - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2013	Adições	Amortizações	31/03/2014
Software	53.080	4.058	(4.167)	52.971
Desenvolvimento de projetos	11.476	-	(752)	10.724
Relacionamento com clientes	365	-	(12)	353
Acordo de não competição	5.546	-	(346)	5.200
Contratos de serviços	3.598	-	(899)	2.699
Total	74.065	4.058	(6.176)	71.947

Notas Explicativas

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições	Baixas	Amortizações	Varição cambial	31/03/2014
Software	319.939	11.544	(3.004)	(10.183)	(8.185)	310.111
Desenvolvimento de projetos	70.708	3.486	(7.482)	(3.842)	(1.850)	61.020
Relacionamento com clientes	559.504	-	-	(6.231)	(18.724)	534.549
Acordo de não competição	102.078	-	(122)	(4.519)	(3.280)	94.157
Contratos de serviços	23.568	-	-	(1.172)	(235)	22.161
Marcas	5.886	-	-	(170)	(193)	5.523
Total	1.081.683	15.030	(10.608)	(26.117)	(32.467)	1.027.521

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Amortizações	31/03/2013
Software	35.042	660	(2.661)	33.041
Desenvolvimento de projetos	14.473	-	(752)	13.721
Relacionamento com clientes	412	-	(11)	401
Acordo de não competição	7.006	-	(347)	6.659
Contratos de serviços	6.957	-	(988)	5.969
Total	63.890	660	(4.759)	59.791

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições	Baixas	Amortizações	Varição cambial	31/03/2013
Software	282.407	2.693	-	(8.675)	(3.408)	273.017
Desenvolvimento de projetos	73.627	708	(156)	(3.934)	(1.307)	68.938
Relacionamento com clientes	511.489	-	-	(5.262)	(7.472)	498.755
Acordo de não competição	105.661	140	-	(3.626)	(1.118)	101.057
Contratos de serviços	27.028	-	-	(231)	(109)	26.688
Marcas	5.776	-	-	(144)	(86)	5.546
Total	1.005.988	3.541	(156)	(21.872)	(13.500)	974.001

As despesas com amortização de intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

11 Transações pendentes de repasse

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos correspondentes de repasses são:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	54.261.754	55.727.256
Saldos a receber de bancos emissores	(53.536.146)	(54.888.768)
Total	725.608	838.488
Antecipação de valores com bancos emissores	3.866.470	3.282.460
Total de transações pendentes de repasse	4.592.078	4.120.948

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº24.c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Transações pendentes de repasse (a)	4.592.078	4.120.948	4.592.078	4.120.948
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	403.644	192.826
Cauções de clientes (c)	-	-	85.470	91.161
Total	4.592.078	4.120.948	5.081.192	4.404.935

- (a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de março de 2014 e de 31 de dezembro 2013 corresponde ao “float” de aproximadamente dois dias.
- (b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Notas Explicativas

13 Empréstimos e financiamentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
FINAME (a)	409.521	449.911	409.521	449.911
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (b)	1.067.532	1.094.730	1.988.110	2.038.574
Total	<u>1.477.053</u>	<u>1.544.641</u>	<u>2.397.631</u>	<u>2.488.485</u>
Circulante	266.773	269.555	278.790	273.110
Não circulante	1.210.280	1.275.086	2.118.841	2.215.375
Total	<u>1.477.053</u>	<u>1.544.641</u>	<u>2.397.631</u>	<u>2.488.485</u>

a. FINAME

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 4,85% ao ano em 31 de março de 2014 (5,08% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos através de FINAME.

b. Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não há cláusulas de "covenants" financeiros em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.290.267	2.114.138
Novas captações	93.224	93.224
Pagamento de principal	(40.721)	(40.721)
Variação cambial (principal e juros)	(14.564)	(26.471)
Juros provisionados e encargos apropriados	16.227	23.991
Juros pagos	(8.364)	(8.364)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>1.336.069</u>	<u>2.155.797</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	26.348	26.348
Pagamento de principal	(66.646)	(66.646)
Variação cambial (principal e juros)	(37.388)	(69.860)
Juros provisionados e encargos apropriados	15.377	24.583
Juros pagos	(5.279)	(5.279)
Saldo em 31 de março de 2014	<u>1.477.053</u>	<u>2.397.631</u>

Hedge Accounting

O Grupo designou a captação de recursos de terceiros, através da emissão dos “bonds” como instrumento financeiro de “hedge” para riscos relacionados à moeda estrangeira, como “hedge de investimentos líquidos em operações no exterior”.

Na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos “bonds”, a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os “hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de “hedge” são reconhecidos em “Resultados abrangentes” e acumulados na rubrica “Variação cambial de empréstimo no exterior”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Os ganhos e as perdas do instrumento de “hedge” relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira são reclassificados para o resultado do período quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso em que o instrumento financeiro apresente vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”.

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 31 de março de 2014, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Ano de Vencimento	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2015	128.507	128.507
2016	28.222	28.222
2022	1.053.551	1.962.112
Total	<u>1.210.280</u>	<u>2.118.841</u>

14 Fornecedores

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Fornecedores	53.751	88.346	113.133	150.168
Provisões diversas	364.070	346.996	364.070	346.997
Total	<u>417.821</u>	<u>435.342</u>	<u>477.203</u>	<u>497.165</u>

15 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	193.160	466.818	194.515	471.360
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	18.336	21.389	18.880	22.777
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	13.782	19.090	14.975	20.020
Imposto Sobre Serviços – ISS	4.712	8.348	6.397	10.246
Programa de Integração Social – PIS	6.921	7.990	7.166	8.418
Outros tributos a recolher	7.884	4.379	8.902	5.663
Total	<u>244.795</u>	<u>528.014</u>	<u>250.835</u>	<u>538.484</u>

16 Outras obrigações

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	52.970	64.781	53.158	65.030
Provisão para férias e encargos	21.043	18.498	29.286	26.369
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	15.766	54.851	23.227	69.991
Outros valores a pagar	-	-	43.414	35.367
Total	<u>89.779</u>	<u>138.130</u>	<u>149.085</u>	<u>196.757</u>
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	3.994	3.991	9.753	9.749
Total	<u>93.773</u>	<u>142.121</u>	<u>158.838</u>	<u>206.506</u>

Notas Explicativas

17 Provisão para riscos e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas e cíveis, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	31/03/2014
Tributárias	939.601	41.832	-	298	-	981.731
Cíveis	18.236	2.048	(1.155)	530	(1.290)	18.369
Trabalhistas	71.066	4.073	(3.868)	73	(658)	70.686
Total	1.028.903	47.953	(5.023)	901	(1.948)	1.070.786

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	31/03/2014
Tributárias	960.226	41.832	-	298	-	1.002.356
Cíveis	19.945	2.049	(1.156)	530	(1.290)	20.078
Trabalhistas	83.853	6.261	(6.355)	80	(673)	83.166
Total	1.064.024	50.142	(7.511)	908	(1.963)	1.105.600

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	31/03/2013
Tributárias	751.873	49.406	(42)	196	-	801.433
Cíveis	20.886	3.513	(1.081)	522	(1.162)	22.678
Trabalhistas	46.362	3.154	(2.166)	42	(291)	47.101
Total	819.121	56.073	(3.289)	760	(1.453)	871.212

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	31/03/2013
Tributárias	774.438	49.406	(42)	205	-	824.007
Cíveis	22.594	3.513	(1.081)	523	(1.162)	24.387
Trabalhistas	55.994	3.535	(2.170)	47	(326)	57.080
Total	853.026	56.454	(3.293)	775	(1.488)	905.474

Notas Explicativas

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado do período.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.
- (iii) No período corrente, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 307 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 1.963.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 18.369 na controladora e R\$ 20.077 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 5.070 na controladora e R\$ 5.087 no consolidado.

Adicionalmente, em 31 de março de 2014, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2014, incluíam 262 ações trabalhistas contra a Cielo e 70 contra as controladas, totalizando 332 ações. Dentre essas ações, 91 foram movidas por ex-empregados e as 241 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal, elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 31 de março de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 70.686 na controladora e R\$ 83.166 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 13.675 na controladora e R\$ 15.847 no consolidado.

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

Notas Explicativas

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em novembro de 2011, a Servinet desistiu da discussão judicial para efeito de adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09, estando atualmente aguardando definição dos valores a serem levantados pela empresa. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 31 de março de 2014, o valor dessa provisão para riscos é de R\$ 944.712 na controladora e R\$ 965.268 no consolidado, e o saldo do depósito judicial é de R\$ 931.189 na controladora e R\$ 952.387 no consolidado.
- **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de março de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 14.414 na controladora e no consolidado.
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença nos autos da ação anulatória. Em 31 de março de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$10.895 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R\$10.895 na controladora e no consolidado.
- **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de março de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$7.045, na controladora e no consolidado.

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 31 de março de 2014 no montante de R\$ 4.665 na controladora e R\$ 4.735 no consolidado.

Notas Explicativas

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$ 8.042 na controladora e R\$ 10.799 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, em 31 de março de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Tributárias	87.250	86.788	91.086	92.222
Cíveis	96.129	57.992	96.636	57.993
Trabalhistas	45.741	41.643	56.424	51.463
Total	229.120	186.423	244.146	201.678

b. Depósitos judiciais

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2013	Adição	31/03/2014
Tributários	913.789	43.382	957.171
Cíveis e trabalhistas	11.516	7.229	18.745
Total	925.305	50.611	975.916

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2013	Adição	31/03/2014
Tributários	937.726	43.400	981.126
Cíveis e trabalhistas	13.683	7.251	20.934
Total	951.409	50.651	1.002.060

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012	Adição	31/03/2013
Tributários	738.372	47.418	785.790
Cíveis e trabalhistas	7.248	1.863	9.111
Total	745.620	49.281	794.901
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	Adição	31/03/2013
Tributários	762.352	47.418	809.770
Cíveis e trabalhistas	9.040	1.898	10.938
Total	771.392	49.316	820.708

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2014 está representado por 1.572.230.938 ações ordinárias (786.115.469 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais). Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a), a quantidade de ações em circulação em 31 de março de 2014 é de 1.565.901.704 (785.408.414 ações em 31 de dezembro de 2013).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Notas Explicativas

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de março de 2014 é de R\$94.822 (R\$99.637 em 31 de dezembro de 2013).

c. Ações em tesouraria

Em 11 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2013	707.055	(37.055)	52,41
Venda em janeiro de 2014	(2.024)	107	52,41
Recompra em janeiro de 2014	1.165.300	(75.990)	60,38
Venda em fevereiro de 2014	(5.427)	328	60,38
Recompra em fevereiro de 2014	1.285.000	(82.806)	62,04
Venda em março de 2014	(149.987)	9.357	62,02
Recompra em março de 2014	164.700	(11.052)	62,29
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	<u>3.164.617</u>	<u>(197.111)</u>	<u>62,29</u>
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	<u>3.164.617</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final em 31 de março de 2014	<u>6.329.234</u>	<u>(197.111)</u>	<u>31,14</u>

(*) **Bonificação:** foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada ação ordinária de que fossem titulares, gerando o efeito total de 3.164.617 novas ações. Vide Nota Explicativa 19.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

Notas Explicativas

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “hedge” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013
Variação cambial sobre investimento no exterior	75.375	100.209
Resultado com instrumentos de “hedge” (“bonds”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(59.221)	(84.116)
Resultado com instrumentos de “hedge” (“NDF”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	<u>5.509</u>	<u>5.448</u>

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2014 é de R\$240.134 (R\$200.000 em 31 de dezembro de 2013).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros através da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2013 em R\$772.081, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Adicionalmente, foi complementada reserva de lucros a partir do resultado advindo da alteração de política contábil, referente ao reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas em R\$127.054 (vide nota explicativa nº3).

A retenção referente ao exercício de 2013, bem como sobre o efeito da alteração de prática contábil, em R\$ 899.135, está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 28 de janeiro de 2014, e foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente fomentar a operação de recebíveis (“ARV”).

Adicionalmente, conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais) a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital. Portanto, o saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2014 é de R\$551.385 (R\$1.551.385 em 31 de dezembro de 2013).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa

Notas Explicativas

reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em 28 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração deliberou a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$914.820 (representado pela soma dos montantes R\$414.410, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013, e R\$500.410, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais aos propostos” em 31 de dezembro de 2013) e R\$46.000 (R\$39.100, líquido de IRRF), respectivamente. Referida decisão foi ratificada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, mesma data em que os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram pagos aos acionistas.

19 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2013	785.408.414
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2014	2.024
Fevereiro de 2014	5.427
Março de 2014	149.987
Recompra de ações em tesouraria – Janeiro de 2014	(1.165.300)
Recompra de ações em tesouraria – Fevereiro de 2014	(1.285.000)
Recompra de ações em tesouraria – Março de 2014	(164.700)
Efeito de bonificação de ações	782.950.852
Total	<u>1.565.901.704</u>

b. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 31 de março de 2014, houve o aumento do capital social em R\$1.000.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada uma ação ordinária de que forem titulares na posição final do dia 31 de março de 2014. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

Notas Explicativas

c. Lucro por ação básico

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	802.678	630.265	802.678	630.265
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.564.324	1.566.615	1.564.324	1.566.615
Lucro por ação (em R\$) – Básico	0,51312	0,40231	0,51312	0,40231

d. Lucro por ação diluído

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	802.678	630.265	802.678	630.265
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.564.324	1.566.615	1.564.324	1.566.615
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	3.163	1.068	3.163	1.068
Total (em milhares)	1.567.487	1.567.683	1.567.487	1.567.683
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,51208	0,40204	0,51208	0,40204

20 Receita líquida

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receita operacional bruta	1.692.253	1.440.758	1.995.338	1.675.441
Impostos sobre serviços	(167.631)	(143.257)	(177.649)	(151.922)
Total	1.524.622	1.297.501	1.817.689	1.523.519

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos POS, pela prestação de serviços de utilização de rede, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

21 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Despesas com pessoal	81.708	58.079	120.621	85.782
Depreciações e amortizações	81.817	75.733	102.692	93.539
Serviços profissionais	62.067	65.628	59.750	56.105
Gastos com adquirência (a)	349.171	289.306	517.786	423.295
Vendas e marketing (b)	63.329	50.847	67.384	54.733
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	31.357	30.221
Outras	4.196	5.902	22.113	13.622
Total	642.288	545.495	921.703	757.297
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	431.944	370.380	659.732	557.049
Despesas com pessoal	53.466	33.715	83.680	54.768
Despesas gerais e administrativas	60.901	57.151	73.016	58.571
Vendas e marketing	63.329	50.847	67.384	54.733
Outras despesas operacionais, líquidas	32.648	33.402	37.891	32.176
Total	642.288	545.495	921.703	757.297

- (a) Os gastos com adquirência são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

22 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Braspag e Paggo.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2014:

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)										
31/03/2014										31/12/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total	Total	Total
Ativos (Passivos):										
Aplicações financeiras (a)	24.913	-	-	-	-	-	-	24.913	74.633	74.633
Contas a receber operacionais	1.931	1.802	-	-	-	-	3.733	3.948	3.948	3.948
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-	-	-	90	-	-	29	119	73	73
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	-	-	(8.637)	-	(129)	-	(342)	(9.108)	(12.570)	(12.570)
Controladora (BR GAAP)										
31/03/2014										31/03/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total	Total
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	689	1	-	-	-	-	-	690	1.279	1.279
Receitas de prestação de outros serviços (b)	6.302	5.836	-	-	290	1.010	70	96	13.604	9.869
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	133	-	-	-	133	358	358
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(1.553)	(1.490)	-	-	-	-	-	(3.043)	(2.509)	(2.509)
Outras despesas operacionais (d)	(4.540)	(619)	-	-	-	(1.321)	-	(1.531)	(8.011)	(3.763)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(25.211)	-	-	-	-	(25.211)	(24.934)	(24.934)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	(1.524)	(1.524)	(1.829)	(1.829)

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(e).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à

Notas Explicativas

Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhante àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de

Notas Explicativas

certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

23 Imposto de renda e contribuição social

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.196.820	949.446	1.200.444	949.978
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(406.919)	(322.812)	(408.151)	(322.993)
Benefício fiscal de P&D (Lei do Bem)	10.037	7.139	10.037	7.139
Parcelamento de Débitos Fiscais – Refis 2013 (a)	1.323	-	1.634	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	1.417	(3.508)	1.914	(1.689)
Imposto de renda e contribuição social	(394.142)	(319.181)	(394.566)	(317.543)
Correntes	(406.025)	(333.351)	(410.903)	(335.675)
Diferidos	11.883	14.170	16.337	18.132

- (a) Em dezembro de 2013, a Sociedade e a controlada Servinet aderiram ao Parcelamento ou Pagamento de Débitos Tributários Federais (REFIS 2013), instituído pela Lei 11.941/09 e reaberto pela Lei 12.865/13, mediante a opção de pagamento à vista de 6 processos, cujo efeito tributário sobre as deduções aproveitadas (desconto de multa, juros e encargos legais) totalizou nas informações financeiras da controladora e do consolidado em R\$1.323 e R\$ 1.634, respectivamente.

As doações para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$ 587 no trimestre findo em 31 março de 2014. No trimestre findo em 31 de março de 2013, não houveram doações incentivadas.

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Dívida (i)	(1.477.053)	(1.544.641)	(2.397.631)	(2.488.485)
Caixa e equivalentes de caixa	117.939	257.145	376.237	423.062
Dívida líquida	<u>(1.359.114)</u>	<u>(1.287.496)</u>	<u>(2.021.394)</u>	<u>(2.065.423)</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>3.457.283</u>	<u>3.319.825</u>	<u>3.466.686</u>	<u>3.331.879</u>
Índice de endividamento líquido	<u>39,31%</u>	<u>38,78%</u>	<u>58,31%</u>	<u>61,99%</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Em 31 de março de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Notas Explicativas

		31/03/2014			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	117.939	117.939	376.237	376.237
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	8.180.539	8.180.539	8.620.974	8.620.974
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	Empréstimos e recebíveis	119	119	387	387
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	975.916	975.916	1.002.060	1.002.060
Fornecedores	Outros passivos financeiros	417.821	417.821	477.203	477.203
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	4.592.078	4.592.078	5.081.192	5.081.192
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	Outros passivos financeiros	9.108	9.108	-	-
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.477.053	1.405.167	2.397.631	2.272.381

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

c. Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de se proteger de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A Sociedade também é credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios

Notas Explicativas

especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

“Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“net investment hedge”)

Com base na Interpretação nº 16 do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” (interpretação técnica ICPC 06 - “Hedge” de Investimento Líquido em Operação no Exterior), emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), a Sociedade optou por designar como “hedge” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “ten years bonds”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “ten years bonds”, está acrescido do “gross-up” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “hedge accounting”.

A contabilização dos efeitos do “hedge” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “hedge”; (ii) tipo de “hedge”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“hedge” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“hedging instrument”); (vi) demonstração da correlação do “hedge” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no trimestre findo em 31 de março de 2014, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “hedges” de investimento líquido na Cielo USA; consequentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

e. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, a Sociedade possui o controle da Me-S, através da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas através da moeda funcional, o dólar norte-americano.

Notas Explicativas

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Em 31 de março de 2014, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.142	103.731
Contas a receber operacionais	-	166.541
Outros ativos	-	16.475
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	3.986
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	802.531
Total	313.123	1.093.264
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(1.862)	(218.055)
Outros passivos	-	(15.828)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(6.609)	(12.299)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Encargos	-	3.787
Imposto de renda diferido	-	(143.294)
Efeito tributário sobre instrumento de “hedge” - “Bonds” designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(318.671)	(1.100.889)
Posição vendida de dólares norte-americanos	(5.548)	(7.625)

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 31 de março de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado(IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%
Resultado (i)	1.658	4.145	8.291
Patrimônio líquido (i)	1.255	3.138	6.276

Notas Explicativas

- (i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

f. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

g. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

h. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI (fonte: CETIP) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (fonte: Banco Central do Brasil - BACEN). Em 31 de março de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, em milhares de reais, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	292	731	1.462	362	904	1.969
Empréstimos e financiamentos	1.496	3.739	7.478	2.393	5.983	11.965

25 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	
2014	9.147
2015	12.865
2016	13.543
Total	<u>35.555</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

Notas Explicativas

b. Fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística

Em 31 de março de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano	
2014	520.443
2015	687.749
2016	723.993
Total	<u>1.932.185</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$2.743. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$4.129. Os contratos de telecomunicações preveem multa rescisória no valor total de R\$22.850.

26 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Colaboradores	12.276	7.337	16.362	10.503
Diretores estatutários	<u>3.490</u>	<u>2.611</u>	<u>3.680</u>	<u>2.844</u>
Total	<u>15.766</u>	<u>9.948</u>	<u>20.042</u>	<u>13.347</u>

27 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado do trimestre são como seguem:

	31/03/2014			31/03/2013		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.695	2.912	4.607	1.585	1.962	3.547
Conselhos de administração	<u>367</u>	<u>-</u>	<u>367</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>357</u>
Total	<u>2.062</u>	<u>2.912</u>	<u>4.974</u>	<u>1.942</u>	<u>1.962</u>	<u>3.904</u>

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2014, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2014, foi de

Notas Explicativas

R\$44.995, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável. Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício de 2014 foi R\$ 460 (R\$ 309 para o exercício de 2013).

A remuneração do Conselho Fiscal no trimestre findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 77 (R\$ 77 para o trimestre findo em 31 de março de 2013).

28 Resultado financeiro

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.924	3.516	3.617	3.937
Outras receitas financeiras	9	80	14	88
Total	2.933	3.596	3.631	4.025
Despesas financeiras:				
Juros de mora e multas	(46)	(32)	(68)	(43)
Multas e juros de riscos	(901)	(2.201)	(909)	(2.215)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(67.362)	(15.713)	(67.362)	(15.713)
Juros e encargos sobre empréstimos	(15.377)	(16.227)	(24.583)	(23.991)
Outras despesas financeiras	(5.217)	(2.306)	(5.526)	(2.606)
Total	(88.903)	(36.479)	(98.448)	(44.568)
Antecipação de recebíveis:				
Receita com antecipação de recebíveis (a)	410.210	227.694	410.210	227.694
Despesa de ajuste a valor presente (b)	(13.672)	(2.373)	(13.672)	(2.373)
Total	396.538	225.321	396.538	225.321
Variação cambial, líquida (c)	(20)	268	(12)	264
Total	310.548	192.706	301.709	185.042

(a) A receita com antecipação de recebíveis nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os trimestres findos naquelas datas.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes;
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Notas Explicativas

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do período.

- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Variação cambial, líquida:				
Receitas	625	495	635	495
Despesas	(645)	(227)	(647)	(231)
Total	(20)	268	(12)	264

29 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Perdas com créditos incobráveis e “chargebacks”	(27.799)	(15.712)	(27.799)	(15.712)
Provisão para risco, líquida	(1.413)	(10.709)	(1.095)	(10.237)
Baixas efetivas com imobilizado	(4.492)	(4.662)	(4.490)	(4.725)
Outras	1.056	(2.319)	(4.507)	(1.502)
Total	(32.648)	(33.402)	(37.891)	(32.176)

30 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2014, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	28.271
Lucros cessantes	13.925
Veículos	1.072
Armazenagem de POS	137.632
Transporte de POS	1.183.058
FINAME de POS	600.000

31 Plano de opção de compra de ações

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011, 23 de julho de 2012 e 19 de julho de 2013, foram aprovadas a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009 (primeira, segunda e terceira outorgas), nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta e quinta outorgas, promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “Restrict Shares”, limitado ao montante de R\$5.800. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, a Sociedade ressaltou a necessidade de fortalecer a capacidade da Cielo para formar e reter o melhor time de executivos do segmento, e deliberou aprovação do plano Sócio Cielo 2014.

Data de outorga	Quantidade de ações						Saldo	Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação 2012	Bonificação 2013	Bonificação 2014			
Julho de 2009	1.042.320	(90.596)	(1.017.608)	68.717	5.344	8.177	16.354	9,87	4,05
Setembro de 2009	220.480	(55.335)	(217.112)	40.505	11.462	-	-	14,72	4,55
Julho de 2010	1.073.680	(285.628)	(971.817)	163.314	71.403	50.952	101.904	13,89	4,54
Julho de 2011	1.315.854	(229.873)	(785.683)	262.413	273.433	836.144	1.672.288	10,85	4,33
Julho de 2012	987.487	(101.953)	(34.154)	-	189.146	1.040.526	2.081.052	18,53	7,62
Julho de 2013	1.049.141	(43.692)	(15.364)	-	-	990.085	1.980.170	21,63	10,08
Fevereiro de 2012 (“Restrict shares”)	96.850	-	(139.449)	19.369	23.246	16	32	-	18,34
Fevereiro de 2013 (“Restrict shares”)	70.819	(76)	-	-	14.149	84.892	169.784	-	21,86
Março de 2014 (“Restrict shares”)	105.000	-	-	-	-	105.000	210.000	-	29,21
Total	5.961.631	(807.153)	(3.181.187)	554.098	588.183	3.115.792	6.231.584		

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

	Outorga em							
	Julho e setembro de 2009	Julho de 2010	Julho de 2011	Fevereiro de 2012	Julho de 2012	Fevereiro de 2013	Julho de 2013	Março de 2014
“Dividend yield”	6,66%	5,73%	8,87%	4,67%	5,36%	3,61%	3,71%	3,54%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%	38,88%	31,65%	26,97%	30,06%	25,04%
Período esperado para o exercício	5 anos	5 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 e 36 meses. No trimestre findo em 31 de março de 2014, foi reconhecida provisão de R\$4.570 líquido dos encargos (R\$4.204 em 31 de março de 2013), tendo como contrapartida a rubrica “Despesas com pessoal”.

Desses montantes, corresponde a parcela de diretores estatutários o montante de R\$748 líquido dos encargos (R\$943 em 31 de março de 2013).

Foram exercidas 157.438 ações no valor de R\$9.385 no trimestre findo em 31 de março de 2014 (68.718 ações no valor de R\$2.291 no trimestre findo em 31 de março de 2013), sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, em 31 de março de 2014 o montante de R\$4.815 (R\$3.914 em 31 de março de 2013).

32 Benefícios a empregados

a. Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2014, em despesas de contribuições no montante de R\$1.947 (R\$1.733 em 31 de março de 2013), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

b. Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$6.541 no trimestre findo em 31 de março de 2014 (R\$4.545 em 31 de março de 2013).

33 Itens que não afetam o caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	24.631	9.149	24.631	9.149
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta - Multidisplay	5.873	1.504	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	37.412	13.959	37.412	25.866
Ajuste de créditos tributários realizado no balanço de abertura da Me-S e reconhecido como ajuste no ágio	-	-	-	6.104

Notas Explicativas

34 Informações por segmento de negócio

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, através de suas controladas Me-S e Cielo USA. O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na nota explicativa nº 3.

35 Eventos subsequentes

Em 16 de abril de 2014, Cielo informou ao mercado a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços (“CBSS”), controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., para participar no capital social da Stelo S.A., subsidiária integral da CBSS que atua como facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

A concretização da operação está sujeita à assinatura dos documentos definitivos e à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade e das autoridades regulatórias aplicáveis.

36 Outros assuntos

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Com base na análise efetuada pela Administração sobre os impactos tributários dos novos dispositivos, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio excedentes aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos. Em relação aos demais dispositivos, a Administração não prevê efeitos retroativos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Até a data da divulgação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2014, a MP não foi convertida em lei, sendo esperadas alterações no texto original, e a Secretaria da Receita Federal do Brasil não regulamentou as condições de opção para aplicação antecipada dos dispositivos para o ano-calendário de 2014.

Portanto, a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014 dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização.

Notas Explicativas

37 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 6 de maio de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e aos administradores da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência da mudança de política contábil descrita na referida nota, as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 6 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2014, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas”.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014.

Barueri, 06 de maio de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014.

Barueri, 06 de maio de 2014.